

AS CIDADES MÉDIAS E A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

OSCAR SOBARZO

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
oscar.sobarzo@ufrgs.br

RESUMO

A reflexão apresentada neste artigo centra-se no entendimento das cidades médias no atual momento da urbanização. Primeiramente, destacam-se as dificuldades para alcançar uma definição abrangente de cidade média, enfatizando as limitações do uso isolado do critério demográfico e a necessidade de incorporar os papéis dessas cidades no conjunto da rede urbana. Em segundo lugar, a reflexão avança incorporando algumas idéias de Milton Santos, como as verticalidades, as horizontalidades e a rede urbana num contexto de geometria variável. Em seguida, é analisada a relação das cidades médias com a agricultura modernizada, na qual os aspectos tratados no texto podem ser claramente verificáveis. Finalmente, após uma síntese, são levantados alguns desafios para continuar refletindo sobre o tema das cidades médias.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades médias. Verticalidades. Horizontalidades. Geometria variável.

INTERMEDIATE CITIES AND CONTEMPORARY URBANIZATION

ABSTRACT

This paper addresses the role played by intermediate cities in contemporary urbanization. The first section highlights the difficulty of defining what exactly an intermediate city is; reviews the limitations of current demographic criteria; and calls attention to the importance of these cities in the structure of the urban network. The second section discusses some theoretical constructs set forth by

Milton Santos, such as verticalities, horizontalities and changing urban networks in a context of variable geometry. The third section examines the relationship between intermediate cities and modern agriculture. Finally, the author provides insights on current challenges of research on intermediate cities.

KEY WORDS: Intermediate cities. Verticalities. Horizontalities. Variable geometry.

INTRODUÇÃO

Como podemos entender as cidades médias hoje? Essa é a pergunta que guia esta reflexão e que, evidentemente, não tem uma única resposta, em função de escolhas teórico-metodológicas ou de recortes empíricos de análise. Pretendemos contribuir para essa tarefa a partir da leitura de diferentes autores e da experiência prática*, embora o cunho de nossa exposição seja, fundamentalmente, teórico.

A primeira constatação é da estreita relação que o processo de urbanização apresenta atualmente com a reprodução capitalista de corte neoliberal e de abrangência global. É evidente que o espaço é instrumental para a reprodução capitalista (LEFEBVRE, 1992) e que esse processo não é exclusivo de nosso tempo, de modo tal que, historicamente, a totalidade do espaço vem sendo produzido como resposta a essa reprodução. O que queremos destacar é que hoje fica mais evidente a hegemonia de uma lógica de produzir e reproduzir a cidade que responde principalmente aos anseios da multiplicação de lucros de agentes e empresas, com uma forte participação do setor financeiro, que achou na venda e no aluguel da cidade uma forma rentável e consistente de se multiplicar.

Esse processo não se refere somente aos bairros novos e/ou renovados com os novos produtos imobiliários orientados para moradia, serviços ou lazer. Também tem a sua outra face nas periferias pobres, crescente favelização e ineficiência ou inexistência de serviços públicos, sem esquecer os poderes ilegais

* Essa experiência se refere, atualmente, à coordenação do projeto Produção do espaço público e novas centralidades em cidades médias. *Estudo de caso: Passo Fundo/RS, com o qual participamos da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)* e do projeto *Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional*, coordenados pelas professoras Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP) e Dra. Denise de Souza Elias (UECE), respectivamente. Esses três projetos possuem financiamento do CNPq.

e paralelos que assumem as funções de um Estado cada vez mais ausente para essa parcela da população e essas áreas da cidade, mas que não se omite na hora de apoiar, facilitar e, até mesmo, financiar os empreendimentos na parte moderna e global da cidade.

Essa dinâmica tem sido abordada pelas análises que mostram como as cidades têm se constituído em focos fundamentais para a reprodução capitalista global e como esse processo tem afetado a produção do espaço urbano, num amplo leque de temas que vão da produção material à reprodução da vida nesses espaços, afetando o cotidiano e os processos de representação e o imaginário que, por sua vez, vão determinar mudanças na própria produção material da cidade. Um exemplo claro e quase corriqueiro disso pode ser visto no medo ou na sensação de medo que leva ao fechamento de casas, ruas e até bairros nas cidades contemporâneas.

Sem pretender uma lista exaustiva de assuntos que tratam dessa relação entre urbanização e globalização, que muitas vezes colocam a cidade como um sujeito na reprodução capitalista, podemos identificar: cidades globais, marketing urbano, governança, revitalização e requalificação urbana, atração de investimentos, fragmentação social e espacial, entre outros.

Essas temáticas vêm sendo discutidas e trabalhadas, seja a favor (destacando a inexorabilidade e as múltiplas vantagens do processo) ou de forma crítica (destacando as suas perversidades), tomando como recorte privilegiado para as análises os espaços metropolitanos. Aqui, então, voltamos à pergunta inicial: como podemos entender as cidades médias hoje? Como se manifesta a reprodução capitalista global nessas cidades?

Soja (1993) escreveu que “tudo acontece em Los Angeles” (e acontece mesmo!), mas, parafraseando a sua expressão, será que tudo somente acontece nas metrópoles? Como aponta Carlos (2001, p. 12), a metrópole “revela um momento histórico do processo de reprodução da cidade” e atribui uma nova amplitude à noção de cidade “como categoria central da análise ao revelar a materialização do processo histórico de produção do espaço geográfico”. Não negamos a riqueza que o espaço metropolitano oferece para a pesquisa urbana e a evidência e magnitude dos processos aí produzidos, mas o que acontece nos outros espaços urbanos, nas chamadas cidades médias ou pequenas e no espaço rural estreitamente relacionado a elas não nos auxilia ou complementa a compreensão do urbano hoje? Será que nesses recortes não se manifesta o atual momento da reprodução da cidade?

Esse contexto e essas questões norteiam a elaboração deste artigo. As reflexões apresentadas pretendem contribuir para a compreensão das cidades médias na urbanização contemporânea, destacando-as como um tipo de cidade que também permite compreender o processo global da produção do espaço geográfico, sem esgotá-lo nem explicá-lo na sua totalidade.

CIDADES MÉDIAS: AS DIFICULDADES DE DEFINIÇÃO*

Mais que fazer um levantamento sobre os estudos das cidades médias** ou sobre aquilo que se entende por cidade média, partiremos de um fato: a expressão “cidades médias” representa um campo amplo de definições e refere-se, muitas vezes, com uma mesma denominação, a situações diferentes. Nesse sentido, é grande a dificuldade para definir o que é uma cidade média, considerando os critérios escolhidos ou as distintas realidades urbanas e características do processo de urbanização dos países ou de regiões de um mesmo país.

O critério estatístico, representado de forma simples num intervalo de população, é a maneira mais fácil e, também, mais problemática para identificar as cidades médias. Como apontam Amorim e Serra (2001), o critério demográfico é simples e cômodo, mas deve ser considerado como uma primeira aproximação. A população de uma cidade pode ser um indicador do tamanho do mercado local, da infra-estrutura urbana ou da concentração de atividades, contudo é necessário levar em consideração a realidade de cada país ou região e o período histórico analisado, para evitar que o tamanho demográfico represente distorções na hora de ser tomado como critério único para a análise urbana. Por exemplo, na década de 1970 no Brasil, apesar das diferenças entre autores, as cidades médias eram entendidas como aquelas compreendidas no intervalo entre 50.000 e 250.000 habitantes (AMORIM e SERRA, 2001); já na primeira década do século XXI, o intervalo foi modificado nos seus valores limites, incluindo cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes.

O critério estatístico-demográfico possui a vantagem da sua praticidade, mas requer outros indicadores que o complementem para evitar generalizações e responder a situações complexas, como no caso de municípios conurbados

* Uma parte das idéias apresentadas a seguir foi analisada, previamente, em Sobarzo (2008).

** O texto de Amorim (2007) apresenta, resumidamente, um histórico sobre os estudos de cidades médias.

que, ao serem analisados individualmente, podem classificar-se como de tamanho médio, mas que, analisados em conjunto, demonstram a existência de uma unidade urbana que pode extrapolar a idéia de cidade média. Existem outros casos, como as regiões de ocupação rarefeita – como a Amazônia brasileira – em que centros urbanos menores ao intervalo definido exerçam efetivamente funções de cidades médias; ou o caso de cidades maiores ao limiar máximo que, em função da estruturação da rede urbana, também cumpram esse papel.

A necessidade de complementar o critério estatístico-demográfico é destacada incluso em pesquisas e trabalhos que têm uma clara orientação classificatória e prática. O estudo do IPEA (2002), que objetivava a caracterização da rede urbana brasileira na perspectiva do desenvolvimento regional, apresenta uma interessante matriz metodológica que incorpora variáveis demográficas, econômicas, de infra-estrutura, centralidade e finanças, como instrumento para a definição de uma morfologia do sistema urbano e suas especificidades regionais. No mesmo sentido, o trabalho de Castello Branco (2006), ainda que faça uma escolha *a priori* pelo intervalo entre 100.000 e 350.000 habitantes para selecionar as cidades médias estudadas, destaca que, além do tamanho populacional, é necessário considerar o volume das atividades econômicas, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida dos centros urbanos pesquisados.

Nesse contexto, reforça-se a idéia de que o critério demográfico somente é válido como uma primeira aproximação para a definição das cidades médias. A diferenciação entre cidades de “porte médio” e “cidades médias” evidencia as limitações do uso exclusivo do critério demográfico e permite avançar no entendimento do que são as cidades médias. Assim, para Sposito (2006, p. 175), podemos considerar as cidades de porte médio no Brasil, como aquelas que têm entre 50.000 e 500.000 habitantes, mas não necessariamente a totalidade delas, podem ser consideradas como cidades médias, já que essa condição não se restringe aos aspectos populacionais, sendo necessário considerar “a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana”.

Assim, atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influencia na conformação de um sistema urbano (SPOSITO, 2006, p. 175).

A característica da intermediação das cidades médias na rede urbana já tinha sido introduzida por Milton Santos em 1979, quando analisando a ten-

dência de concentração industrial nas metrópoles e a evolução dos sistemas de transporte, destacava a transformação da cidade regional em cidade média ou intermediária que, segundo a sua análise, significava uma situação de subordinação com relação à metrópole. Entretanto, devemos destacar que essa análise de Santos que destaca uma relação de “subordinação” não nos deve levar a validar, para o caso brasileiro, as teorizações e modelos de rede urbana vastamente difundidas desde a metade do século XX, que identificavam uma série de tipos de cidades e patamares hierárquicos de atuação, assumindo que o funcionamento do sistema urbano acontecia gradativamente entre esses níveis, seja num sentido descendente (da metrópole para os centros menores) ou ascendente (dos centros menores para os maiores, culminando na metrópole).

Milton Santos vinha destacando, desde a década de 1960, que, nos países subdesenvolvidos, a rede urbana apresentava características específicas que a diferenciavam dos modelos e teorias propostos a partir dos países desenvolvidos (SANTOS, 2004 [1979], 1980a, 1980b, 1982). Entre suas reflexões, o autor destacava a tendência à macrocefalia da rede urbana e a necessidade de substituir a idéia de uma rede hierarquizada e articulada em níveis consecutivos por uma rede com cidades que não necessariamente dependem daquelas nos níveis imediatamente superiores, mas que se “dirigem” diretamente às cidades mais importantes, muitas vezes à própria metrópole, numa espécie de “curto-circuito” da rede urbana. Essa idéia nos remete à necessidade de considerar as características da rede urbana e dos processos de urbanização em que as cidades médias e, também, as pequenas, grandes e as metrópoles estão inseridas.

Como síntese das dificuldades para a definição das cidades médias, destacamos a análise de Corrêa (2007), que identifica três dimensões – relacionadas com o tamanho demográfico – que não devem ser negligenciadas: 1) um mesmo tamanho demográfico absoluto tem significados diferentes em função dos processos de urbanização do país ou da região analisados; 2) uma cidade pode ser considerada média numa determinada escala espacial de referência (exemplo: nacional), mas, numa outra escala, a mesma cidade pode exercer o papel de principal centro urbano (exemplo: estadual); 3) um mesmo tamanho demográfico em diferentes momentos significa coisas diferentes, assim a dimensão temporal também é fundamental na hora da definição das cidades médias.

Considerando os aspectos analisados, tentaremos, no próximo item, abordar alguns pontos que nos ajudam a entender e definir as cidades médias no momento atual da urbanização.

CIDADES MÉDIAS: “NA ENCRUZILHADA DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES”

O leitor atento logo deve ter percebido que estamos tomando emprestada uma expressão de Santos e Silveira (2001, p. 280) para caracterizar as cidades médias. No momento atual, a importância dos fluxos materiais e imateriais, das relações próximas e distantes, da articulação (e também da desarticulação) entre o local e o global, num contexto cambiante e, muitas vezes, efêmero, nos leva a aceitar a idéia da “encruzilhada das verticalidades e horizontalidades” como elemento-chave para refletir sobre a possível construção de um conceito de cidade média.

Em Santos (1996, p. 225), as horizontalidades são analisadas como pontos que se agregam sem descontinuidade, sugerindo uma extensão areal contínua. Por outra parte, as verticalidades referem-se a pontos separados, relacionados ao funcionamento global da sociedade e da economia, ou seja, nos remetem a um processo mais seletivo e pontual.

As verticalidades também se referem a “vetores de uma racionalidade superior” e hegemônica externa e global, enquanto que as horizontalidades encontram-se no plano das relações locais. As horizontalidades e as verticalidades convivem num jogo de forças centrípetas (de agregação e convergência) e de forças centrífugas (de desagregação e desestruturação), respectivamente (SANTOS, 1996, p. 227).

Refletindo sobre a rede urbana e as cidades médias, podemos pensar as horizontalidades nas relações na cidade (relações internas) e da cidade com seu entorno próximo. Neste último caso, utilizando uma expressão cunhada em outros tempos, referimo-nos às relações da cidade com a sua hinterlândia ou área de influência, que inclui cidades menores e espaços rurais. Essas relações de horizontalidade estão presentes nos serviços que a cidade média presta ao seu entorno e que significam deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos, serviços bancários, entre outros.

As verticalidades nas cidades médias representam os fluxos externos, hegemônicos, produzidos a longa distância, que interferem na dinâmica da cidade,

conectando partes dela com o âmbito global, num processo que responde aos interesses e aos requerimentos da fluidez e da reprodução do capital, enquanto outras partes da cidade são deixadas à margem ou desconectadas dessa dinâmica. Entre os impactos desse processo, temos a fragmentação da estrutura da cidade manifestada na polarização social, na pobreza e na exclusão.

Neste ponto, faz-se necessário evidenciar que essa dinâmica de verticalidades e horizontalidades não é exclusiva e restrita às cidades médias. Na verdade, trata-se de um jogo de forças presente na produção de todo o espaço geográfico. No âmbito urbano, essas forças manifestam-se em todos os tipos de cidades. Como Milton Santos (1996, p. 226) expressou: “De um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre as verticalidades e horizontalidades”.

Assim, numa comparação entre as metrópoles e as cidades médias, podemos refletir que a dinâmica de verticalidades e horizontalidades é muito mais evidente e muito presente nos espaços metropolitanos, em que as forças globais se manifestam e se interessam pelo controle do processo de produção da cidade e do seu cotidiano. Como exemplos, podemos citar a participação de capitais internacionais na produção imobiliária e nas obras públicas, assim como nos investimentos em solo urbano como reserva de valor; a presença de redes globais de comércio, serviços e lazer; a presença das marcas globais nos *shopping centers* mais sofisticados, entre outros.

Nas cidades médias, esse jogo de verticalidades e horizontalidades também está presente, como analisado, mas se manifesta numa escala diferenciada, sem significar que as cidades médias devam ser consideradas ou estudadas como minimetrópoles. O que interessa destacar, tanto para as cidades médias quanto para as metrópoles, é o caráter seletivo desses vetores globais e hegemônicos (verticalidades), ou seja, eles irão se manifestar naqueles pontos do espaço e/ou setores da economia em que maximizem os seus ganhos. Na metrópole, o leque de possibilidades e as perspectivas de lucros são maiores que nas cidades médias, entre outros aspectos, pelo tamanho do mercado consumidor.

Outro ponto que merece ser analisado é a complementaridade entre verticalidades e horizontalidades. Consideramos que elas não são excludentes, mas que se combinam: pensemos nos serviços que a cidade média oferece para o seu entorno e as cidades próximas, que podem ser lidos numa relação de horizontalidade, mas que podem estar sob controle de agentes hegemônicos externos, como acontece claramente no setor dos serviços financeiros e, crescentemente,

nos serviços privados de saúde e educação. No âmbito da produção, também podemos fazer a mesma leitura: o setor produtivo de uma cidade média tem impactos no cotidiano, no local, oferecendo empregos para a população que movimentam a economia da cidade. Mas quem comanda essa produção? Ela está orientada para a própria cidade ou obedece aos requerimentos e exigências de mercados externos e longínquos? Aqui também vemos uma combinação de horizontalidades e verticalidades. Um último exemplo refere-se à comercialização de insumos agrícolas, sementes, agrotóxicos, assistência técnica, maquinarias e veículos, os quais se orientam ao entorno rural da cidade média, numa relação de horizontalidade, mas esses produtos são cada vez mais concentrados e controlados por umas poucas empresas ou grupos globais que se encontram no plano das relações de verticalidade.

Esses exemplos mostram como é válida e acertada a expressão da encruzilhada entre verticalidades e horizontalidades para pensar as cidades médias no período atual. Entretanto, isso não significa que, nas concepções e nos modelos clássicos de rede urbana, não encontremos relações verticais e horizontais. Elas estavam presentes, mas apresentavam-se ou eram concebidas de maneira mais hierárquica e num contexto de rigidez. As horizontalidades, assim como hoje, referiam-se às relações de centros urbanos com seu entorno ou sua área de influência e com os centros urbanos menores, mas sempre essas relações estavam perpassadas por uma concepção hierárquica verticalizada, ou seja, as relações eram pensadas de forma escalonada e sucessiva entre níveis hierárquicos estanques. Assim, os processos aconteciam sucessivamente seja numa “cascata” descendente ou num fluxo ascendente.

Já discutimos neste texto que Milton Santos questionava esses modelos e destacava a idéia de um “curto-circuito” da rede para superar essa visão mais rígida de rede urbana. Nesse mesmo sentido, Santos e Silveira (2001, p. 281) destacam que no período atual (técnico-científico-informacional): “Os sistemas de cidades constituem uma espécie de **geometria variável**, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global” (grifo nosso).

Em citação anterior de Sposito (2006), tínhamos destacado a intermediação como fator determinante para a definição das cidades médias. Procurando uma síntese das análises apresentadas, podemos acrescentar que essa intermediação obedece a uma combinação de verticalidades e horizontalidades num

jogo de forças globais e locais, que se combinam e/ou se contrapõem e definem um espaço de geometria variável, ou seja, não se trata mais de intermediação entre um nível urbano e outro ou entre a cidade e o campo, numa concepção hierárquica rígida, mas trata-se de relações seletivas que conectam pontos específicos, segundo interesses também específicos e instáveis que obedecem a demandas e requerimentos externos. Esse novo contexto nos obriga a mudar a forma como devemos entender a estruturação urbana.

A análise de Sposito (2001) contribui nessa reflexão ao destacar que a intermediação se manifesta no espaço em relações que definem continuidade e descontinuidade territoriais e que se expressam em áreas, redes, eixos e fluxos. A cidade média desempenha funções de intermediação imediata na sua área próxima, que inclui cidades menores e áreas rurais, para as quais disponibiliza uma série de produtos e serviços; nesse caso, em função da proximidade e das distâncias percorridas, são gerados fluxos regionais “que marcam e são marcados pela existência de um espaço de **continuidade territorial**, cuja configuração é a de uma **área**” (SPOSITO, 2001, p. 637, grifos da autora).

Entretanto, a intermediação não fica restrita ao âmbito da proximidade. O consumo de bens e serviços a distâncias maiores amplia o papel de intermediação das cidades médias, de forma tal que se gera um espaço que não é mais definido pela continuidade, mas que se configura como uma rede ou múltiplas redes que caracterizam uma descontinuidade territorial. Nesse caso, aprofundando a idéia das cidades médias como nós de articulação entre o local e outras escalas maiores, temos a definição de eixos que organizam o território em termos de redes. Assim, “a configuração que se organiza não é a da área com continuidade territorial, mas a de uma **fluidez territorial** definida ao longo dos eixos de circulação” (SPOSITO, 2001, p. 638, grifo da autora).

Dessa forma, temos uma realidade em que se justapõem relações próximas e distantes, nas escalas local, nacional e global, definindo, a partir da cidade média, uma geometria espacial de áreas e eixos, com continuidade e descontinuidade territoriais, articulando uma(s) rede(s) complexa(s). Nesse sentido, reforçamos as idéias de Santos e Silveira (2001) de sistemas de cidades numa geometria variável e da encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades.

A seguir analisaremos a relação das cidades médias com o campo modernizado, na qual ficam em evidência os aspectos tratados até aqui.

CIDADES MÉDIAS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

As relações que se estabelecem no período atual entre as atividades agrícolas modernizadas e as cidades médias caracterizam esse espaço de geometria variável, já que elas não se restringem a vínculos definidos pela proximidade, mas incluem áreas e cidades afastadas e definem eixos, geralmente, pela circulação de insumos, produtos, capitais e informações.

Como exemplo, podemos apontar a produção de qualquer *commodity* agrícola, que, a partir da cidade média, define uma área próxima de relações na qual se localizam os produtores mas, além dessas relações, existe, após o processamento do produto, o seu transporte para os mercados consumidores, definido por eixos rodoviários, marítimos e/ou aeroviários para pontos localizados a centenas ou milhares de quilômetros, que demandam um produto com características específicas.

A consolidação desse campo modernizado, com novas demandas e padrões de consumo, é fundamental para entender as cidades médias. A consolidação do consumo associado às demandas das atividades produtivas da agricultura modernizada tem um impacto direto nas cidades, que passam a responder com novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais. Trata-se do “consumo produtivo”, que se relaciona, entre outros aspectos, com o “consumo de ciência embutida nas sementes, nos clones, nos fertilizantes etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 280).

A demanda por esse tipo de consumo é gerada no campo, de modo tal que a cidade deve se adaptar aos novos requerimentos do seu entorno agrícola, passando por uma mudança nos seus conteúdos (SANTOS, 1994).

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1994, p. 51).

A cidade média converte-se no espaço onde as relações entre novas profissões, novas demandas de produtos e insumos, novos requerimentos de logística de processamento, armazenagem e distribuição, novas demandas por capitais, vão se manifestar e vão significar uma interdependência de diversos setores econômicos.

Essa articulação é destacada por Elias (2006) ao abordar as características da “agricultura científica”, que exige uma concepção e um funcionamento da economia em seu conjunto, onde o setor agrícola atua em interdependência com os demais setores econômicos, num “processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores, formando verdadeiras redes de produção agropecuária”, que incluem da produção agrícola propriamente às empresas de máquinas e insumos, aos prestadores de serviços, às agroindústrias, empresas de distribuição, de pesquisa, de marketing e de distribuição direta ao consumidor (ELIAS, 2006, p. 286).

Essa dinâmica de articulação de diversos setores econômicos no processo de produção e distribuição manifesta-se nas demandas que são colocadas para a cidade média e nos papéis que esta passa a desempenhar, que não se limitam ao seu entorno imediato, mas que entram em sintonia com requerimentos e necessidades de espaços distantes. Num contexto atual de grande mobilidade do capital, entre setores da economia e entre diferentes espaços, a cidade média passa também a depender e a responder por demandas de capitais externos que buscam nas atividades do agronegócio a sua reprodução. Fica evidente que nesse quadro a cidade média constitui um nó da rede urbana que articula dinâmicas locais e globais, horizontalidades e verticalidades que, pela volatilidade dos capitais, constroem uma geometria variável, moldada em função de interesses que muitas vezes são transitórios.

Dessa forma, a cidade responde às demandas do campo modernizado, transformando-se na “cidade do campo” (SANTOS, 1994, p. 52). O papel de intermediação que a cidade média desempenha nesse processo inclui os produtos essenciais para as atividades agrícolas (fertilizantes, agrotóxicos, veículos especializados, sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação etc.), além de serviços especializados (veterinários, engenheiros, técnicos agrícolas, comércio especializado, consultorias, *marketing*, logística). O dinamismo que gera essa demanda de informações, produtos e serviços impacta sobre a própria configuração da cidade, que se torna um ponto atrativo para novos habitantes que procuram oportunidades em função da dinâmica econômica.

Essa atração pode ser observada nos processos de transformação do espaço urbano. A atração de população pouco qualificada, que será incorporada parcialmente às atividades econômicas ou não será incorporada, significa muitas vezes um aumento dos focos de pobreza e exclusão das cidades médias em

áreas de ocupação irregular, gerando uma demanda por habitação social. Por sua parte, os grupos médios, geralmente qualificados para as novas demandas e incorporados no dinamismo econômico local, demandarão habitação, educação, saúde e comércio para as suas necessidades. Assim, podemos entender a produção de condomínios, colégios e universidades privados, centros de saúde, *shopping centers*, supermercados, redes de hotéis, que se constituem, atualmente, em indicadores do dinamismo econômico de um espaço e que passam a caracterizar as cidades médias.

Na produção desses novos espaços e produtos imobiliários para os grupos médios, também podemos identificar o papel de intermediação da cidade média, já que, na sua própria produção material, se converte em espaço de confluência de capitais locais, nacionais e internacionais. Trata-se de demandas locais que obtêm respostas externas, que podem ser entendidas no sentido da procedência dos capitais ou no sentido da homogeneização dos espaços urbanos que começam a apresentar produtos imobiliários semelhantes, como loteamentos fechados com projetos paisagísticos repetitivos, *shopping centers* e redes de hotéis estandardizados.

Assim, a intermediação local/global que a cidade média realiza e que acaba redefinindo-a, remete, em última instância, ao processo de reprodução capitalista que encontra no campo modernizado e em suas cidades médias tributárias espaços propícios para continuar a sua expansão, significando, muitas vezes, alianças entre capitais externos, capitais locais e poder público.

Finalmente, interessa destacar que essa condição de intermediação não significa relações simétricas entre o local e o global. Nesse sentido, Milton Santos destacava a subordinação das áreas de agricultura modernizada e seus núcleos urbanos aos fatores e agentes externos (novamente temos o jogo entre as horizontalidades e as verticalidades). Assim, podemos contextualizar as influências que mercados e consumidores distantes têm nas decisões sobre a produção e o consumo da própria cidade média e seu entorno agrícola ou na maneira de produzir a cidade, com novos produtos imobiliários que se impõem como as formas de moradia, consumo e lazer que vão se repetindo nas cidades médias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das cidades médias como um espaço de articulação e de intermediação na rede urbana obriga-nos, no momento atual da urbanização, a

considerar o jogo entre forças de escalas diferentes, especialmente aquelas que obedecem aos vetores globais que se manifestam localmente, mas também às forças locais que se adaptam e se moldam aos vetores externos.

A cidade média, assim considerada, não se esgota necessariamente num determinado intervalo demográfico, mesmo que o tamanho populacional seja um aspecto a considerar como indicador da dimensão do mercado e do dinamismo econômico. A seletividade do processo de reprodução capitalista global define quais pontos são incluídos e quais ficam à margem, assim como a intensidade dessa inclusão e a sua duração. É nesse sentido que entendemos, a partir das contribuições de Milton Santos, a cidade média no jogo de verticalidades e horizontalidades, num processo que espacialmente pode ser considerado como uma geometria variável, ou seja, um espaço que adquire certa organização de maneira transitória, devendo ser modificado segundo os requerimentos da dinâmica econômica global e dos interesses locais que respondem a ela.

Corrêa (2007) levanta uma série de questões para pensar e repensar as cidades médias, chegando a se perguntar sobre a real existência das cidades médias num mundo globalizado em que grandes corporações definem redes que articulam nós e que interagem com outras redes. Não temos a pretensão de responder essa questão, mas consideramos que, na articulação dos vetores globais e das dinâmicas locais, as cidades médias evidenciam a sua condição de nós que disponibilizam uma série de produtos e serviços para as suas áreas tributárias e destas, no sentido inverso, conectam a produção com um mercado cada vez mais global, num claro jogo de intermediação, que não se esgota no âmbito da rede urbana, ou seja, não pode ser lida somente como uma relação entre diferentes “entidades” urbanas. Atualmente a intermediação extrapola a rede urbana, propriamente tal, e também passa a se manifestar nas múltiplas redes corporativas de grupos e empresas globais. Nesse sentido, à noção de “geometria variável” talvez devêssemos incorporar a idéia de uma “geometria multidimensional”, ou seja, as diferentes redes articulando pontos e evidenciando os papéis de intermediação de algumas cidades que, para algumas dessas redes, serão médias e, para outras, não. Por enquanto, deixamos esse ponto aberto ao debate.

Também pensando na continuação das reflexões, destacamos os três elementos para a construção de um quadro teórico sobre a cidade média, identificados por Corrêa (2007), que podem ser assumidos como uma agenda de pesquisa: 1) as características da elite empreendedora local (e a sua articulação

com agentes externos); 2) a localização relativa da cidade como nó articulador da circulação; 3) a importância das interações espaciais “intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade” (p. 30) que a cidade apresenta e propicia. Consideramos que as análises apresentadas neste artigo, mesmo que parcialmente, podem ter contribuído neste último aspecto.

Finalmente, interessa-nos destacar a necessidade de pesquisar as cidades médias tanto no plano da rede (ou das redes), ou seja, no seu papel de nós de intermediação, como também no âmbito da caracterização da sua estrutura interna, tentando identificar aspectos que possam ser generalizados para o conjunto de cidades médias. Nesse sentido, fica o desafio de refletir conjuntamente sobre as escalas interurbana e intra-urbana.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 69-87.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. P. 1-34.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 245-277.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 23-33.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 279-303.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana*. Brasília: IPEA/IBGE, 2002. V. 3.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980a.

_____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1980b.

_____. *Ensaios sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp: 2004 [1979].
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 2001. P. 609-643.
- _____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 175-197.
- SOBARZO, Oscar. La contribución de Milton Santos en la construcción de un concepto de ciudad media In: MENDOZA, Cristóbal (Org.). *Tras las huellas de Milton Santos: una mirada latinoamericana a la geografía humana contemporánea*. Barcelona/Ciudad de México: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana, 2008. P. 70-83.
- SOJA, Edward. *Geografías pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989].

Recebido em: 03/04/2008

Aceito em: 24/06/2008